

- ⁵ Carlo Ginzburg, *O queijo e os vermes*, São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- ⁶ A valorização de narrativas biográficas pelo público de leitores brasileiros é constante, como demonstram os sucessos de obras como *Olga* (Companhia das Letras), lançada em 1985 pelo jornalista Fernando Morais. Morais é hoje um dos maiores nomes do jornalismo brasileiro, tendo dado forma ao jornalismo literário, principalmente com suas biografias de personagens históricos. Além de *Olga*, em que retrata a vida e a morte de Olga Benário Prestes, judia comunista presa pelo governo Vargas e deportada para os campos de concentração nazista, sua obra inclui *Chatô: o rei do Brasil* (Companhia das Letras, 1994), em que, através da vida de Assis Chateaubriand, reconstrói o *boom* da grande imprensa brasileira tendo como pano de fundo os fatos que definiram a história do país na primeira metade do século xx. Digno de nota também é seu *Corações sujos* (Companhia das Letras, 2001), no qual o escritor mergulha no mundo das sociedades secretas observando a atuação de uma sociedade secreta japonesa no Brasil da Segunda Guerra Mundial. Em todas essas obras, o autor segue as trajetórias de vida de vários personagens históricos, dos muito conhecidos aos antes anônimos, e a partir dessas vidas reconstrói os cenários históricos. Todas as suas obras logo se tornaram grandes *best-sellers*, em um sucesso constante que ilustra o igualmente constante interesse dos leitores brasileiros nas biografias. E, mais do que isso, com um recente diálogo com o cinema, esse interesse ultrapassou o público de leitores, atingindo outros grupos.
- ⁷ Júnia Ferreira Furtado, *Chica da Silva e o contratador dos diamantes*, São Paulo, Companhia das Letras, 2003.
- ⁸ Ver Jung Chang e Jon Halliday, *Mao: a história desconhecida*, São Paulo, Companhia das Letras, 2006. Já Zumbi e Gerônimo podem ser encontrados respectivamente em Joel Rufino dos Santos, *Global*, 2006; e Gerônimo: uma autobiografia, Porto Alegre, L&PM, 1994.
- ⁹ Vavy Pacheco Borges, "Grandezas e misérias da biografia", em Carla B. Pinsky (org.), *Fontes históricas*, 2.ed., São Paulo, Contexto, 2006.
- ¹⁰ Biografias são temas de filmes brasileiros de sucesso de público como *Carlota Joaquina, a princesa do Brasil* (1994) e *Olga* (2004).
- ¹¹ Erich Maria Remarque, *Nada de novo no front*, Porto Alegre, L&PM, 2004.
- ¹² Pierre Verger, *Os libertos: sete caminhos na liberdade de escravos na Bahia do século XIX*, Salvador, Corrupio, 1992.
- ¹³ Alberto Costa e Silva, *Francisco Felix de Souza: mercador de escravos*, Rio de Janeiro, UERJ/Nova Fronteira, 2004.
- ¹⁴ Vavy Pacheco Borges, "Grandezas e misérias da biografia", em Carla B. Pinsky (org.), *Fontes históricas*, 2.ed., São Paulo, Contexto, 2006.
- ¹⁵ Giovani Levi, "Usos da biografia", e Pierre Bourdieu, "A ilusão biográfica", em Marieta Moraes Ferreira e Janafina Amado (orgs.), *Usos & abusos da História Oral*, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2002.
- ¹⁶ Mary Gordon, *Joana D'Arc*, Rio de Janeiro, Objetiva, 2001. Paul Johnson, *Napoleão*, Rio de Janeiro, Objetiva, 2003. Karen Armstrong, *Buda*, Rio de Janeiro, Objetiva, 2001. Peter Gay, *Mozart*, Rio de Janeiro, Objetiva, 1999.
- ¹⁷ Evaldo Cabral de Mello, *Nassau: governador do Brasil holandês*, São Paulo, Companhia das Letras, 2006. Boris Fausto, *Getúlio Vargas: o poder e o sorriso*, São Paulo, Companhia das Letras, 2006. José Murilo de Carvalho, *Dom Pedro II: ser ou não ser*, São Paulo, Companhia das Letras, 2007. Alberto da Costa e Silva, *Castro Alves: um poeta sempre jovem*, São Paulo, Companhia das Letras, 2006.

GÊNERO

CARLA BASSANEZI PINSKY

A primeira vez que os estudantes ouvem a palavra *gênero* (masculino ou feminino) provavelmente não será no sentido que lhe dão os historiadores, e sim no dos professores de Português. Talvez até passem por todas as séries escolares sem nenhum contato com um dos conceitos mais instigantes presente na historiografia das últimas décadas, desde que ficou claro que as *relações de gênero* são uma dimensão importantíssima das *relações sociais*. Tal lacuna é grave, pois um olhar atento a questões de gênero enriqueceria muito as aulas de História. Atenção, porém: o importante não é o aluno aprender a palavra gênero com um novo sentido, mas entender e saber usar o conceito corretamente. Utilizar a palavra não é errado, mas também não é fundamental. O importante é fornecer aos estudantes elementos para um "olhar de gênero", ou seja, fazer com que eles percebam como o masculino e o feminino têm sido e ainda são representados e, a partir disso, como as sociedades se organizam com base nessas representações. Estamos falando das questões de gênero.¹

O natural e o social

Os estudiosos que passaram a empregar o conceito de gênero inspiraram-se na Gramática, mas deram-lhe um outro significado,

utilizando-o para marcar uma distinção entre cultura e biologia, social e natural. Assim, quando a palavra *sexo* é utilizada, vem à mente a biologia, algo ligado à natureza. O termo *gênero*, por sua vez, faz referência a uma construção cultural: é uma forma de enfatizar o caráter social e, portanto, histórico, das concepções baseadas nas percepções das diferenças sexuais.

Uma idéia de como deixar clara essa distinção no diálogo com os alunos é considerar duas situações:

- Uma mulher com uma barriga proeminente caminha pela rua e algumas pessoas que a observam comentam: “Ela deve estar grávida”. Entretanto, essa idéia não passaria pela cabeça delas se se tratasse de um homem gordo.
- Um bebê chora em um berçário de uma grande maternidade. Alguns visitantes, do lado de fora do vidro que separa o bebê da platéia de curiosos, notando sua roupinha cor-de-rosa, pensam: “A menininha está assustada, com medo, coitadinha!” No dia seguinte, o mesmo bebê chorão, agora vestido de macacãozinho azul, suscita o seguinte comentário: “O garotinho está zangado!”²

Temos em ambas as situações exemplos de percepções baseadas em um “conhecimento” das diferenças entre os sexos. Entretanto, enquanto a primeira diz respeito a uma interpretação com um fundamento biológico (homem não gesta crianças), a segunda retrata inferências fundadas em pressupostos culturais e chega a ser preconceituosa: as pessoas relacionaram a cor da roupa ao sexo da criança (pensando na prática de vestir meninas de rosa e meninos de azul) e o sexo a determinadas características de personalidade ou capacidade – as mulheres são mais medrosas e frágeis que os homens – uma *concepção* que se desenvolveu em determinada época histórica – é datada, portanto – e que foi se alterando ao longo do tempo, ou seja, tem *historicidade*.

Os “temas de gênero”

Gênero trata da **construção social** da diferença sexual. Quando adotamos a perspectiva de gênero, estamos pensando nas maneiras como as sociedades entendem, por exemplo, o que é “ser homem” e “ser mulher”, e o que é que consideram “masculino” e “feminino”. Tratamos essas noções como conceitos históricos.

Idéias sobre masculinidade e feminilidade, oposições do tipo “moça de família”/“galinha” (como formas de classificar as garotas a partir de determinadas normas sobre o comportamento sexual) e papéis e identidades tais como “esposa ideal”, “pai de família”, “chefe da casa”, “homossexual”, por exemplo, são encarados como concepções produzidas, reproduzidas e/ou transformadas ao longo do tempo, que podem variar em cada contexto social, sendo, portanto, objeto de interesse da História.

Na Antigüidade clássica, por exemplo, a idéia de “ser homem” era, em alguns aspectos, bastante diferente do que na cultura ocidental moderna. As relações sexuais entre um homem adulto e um jovem (geralmente inferior na hierarquia social) eram freqüentes e bem aceitas na civilização greco-romana: o mais velho era visto como sexualmente ativo e mestre do mais novo, que, por sua vez, deveria ser condescendente e passivo durante essa fase da vida. A atração sexual de um homem por um rapaz não excluía necessariamente sua atração por mulheres: as duas coisas eram consideradas legítimas. A falta de barba e de muitos pêlos no corpo tornava o jovem objeto passível da atenção e do assédio de homens mais velhos. Porém, quando atingia certa idade em que já era considerado adulto, não era apropriado que tivesse amantes masculinos adultos como ele (sexo entre homens da mesma faixa etária era visto como algo escandaloso). Sem a dignidade conferida a um “homem”, aos rapazes cabiam os mesmos adjetivos que diferenciavam as mulheres e os eunucos dos “homens verdadeiros”: fracos, passivos, subservientes. Normalmente, era proibido a um homem ter relações sexuais com outro homem livre, mas um marido traído podia legalmente defender sua honra estuprando o amante

de sua mulher. Nesse caso, como no anterior, sua masculinidade não era posta em dúvida. A classificação de gênero aparecia entrecortada por outros diferenciais de *status*: condição social, cidadania, faixa etária. Além da polaridade “homem”/ “mulher”, essa sociedade era marcada por outras classificações como, por exemplo, “homem”/ “não-homem” ou “não totalmente homem”.

Na Idade Média, o ato homossexual (sodomia) era condenado como um pecado contra a natureza, passível de ser punido com violência.³

Indo um pouco além, observamos que os relacionamentos familiares, as formas de expressar a sexualidade, as idéias sobre maternidade e paternidade, os modos como se dão as relações de trabalho, a divisão de tarefas ou a distribuição social de poderes entre homens e mulheres são compreendidos e se manifestam de maneiras diferentes em cada contexto social, configurando relações de gênero distintas em vários lugares e momentos históricos diversos.

Na segunda metade do século XIX, no Brasil, o modelo dominante de mulher como a boa mãe e a esposa devotada, exclusivamente dedicada à família, serviu para reforçar as diferenças sociais posto que só poderia ser seguido dentro da esfera da família nuclear burguesa. Esse modelo excluía, portanto, um grande número de mulheres – as escravas e as pobres – consideradas “não-mulheres” ou “menos mulheres” que as senhoras burguesas.

Por que falar de gênero no curso de História?

Capacitar os estudantes para perceber a historicidade de concepções, mentalidades, práticas e formas de relações sociais é justamente uma das principais funções das aulas de História. Ao observar que as idéias a respeito do que é “ser homem” e “ser mulher”, os papéis considerados femininos e os masculinos ou a condição das mulheres, por exemplo, foram se transformando ao longo da histó-

ria (como e por que), os alunos passam a ter uma visão mais crítica de suas próprias concepções, bem como das regras sociais e verdades apresentadas como absolutas e definitivas no que diz respeito às relações de gênero. Também adquirem uma compreensão maior dos limites e possibilidades dos seres históricos (os estudantes entre eles), pois dentro das determinações históricas também é possível fazer escolhas, mesmo em aspectos que, por sua aparente ligação com a biologia, se mostram difíceis de serem mudados (e melhorados).

Para familiarizar os alunos com as questões de gênero, o professor pode propor exercícios simples como o de observar crianças brincando. *Na brincadeira escolhida, meninos e meninas participam juntos ou a atividade é considerada apropriada a apenas um sexo? Por quê? Quando algum garoto quer xingar o outro, ele o chama de “mariquinha” ou algo parecido? Por que isso é ofensivo? Quando alguma menina se aproxima para jogar com os meninos e é impedida, quais são os argumentos empregados? E o que acontece quando uma garota não se comporta conforme as expectativas para o seu sexo?* Outras situações também podem servir como “laboratório” para os alunos (por exemplo, uma briga no trânsito, um jantar de família).

Outra atividade interessante é entrevistar pessoas que foram jovens ou se casaram na década de 1950 sobre como eram os relacionamentos entre homens e mulheres – o namoro e o casamento, por exemplo – naquela época e depois comparar com os dias de hoje. Se o professor achar mais fácil ter uma bibliografia como ponto de partida, pode obter informações no capítulo “Mulheres dos Anos Dourados” que escrevi para o livro *História das mulheres no Brasil*.⁴

Possibilidades do “olhar de gênero” para a História

A pesquisa histórica sobre gênero enriqueceu muito os debates historiográficos e a escrita da História. Menciono aqui algumas dessas contribuições – as que considero mais úteis ou promissoras para

os professores. Sobre quais falar em sala de aula, de que forma e a despeito de que assuntos são considerações que cada professor deve fazer tendo em vista as propostas da grade curricular adotada pela escola e a realidade de seus alunos, que ele conhece melhor que ninguém.

Ao abordar qualquer tema de gênero, necessariamente observamos uma **relação**. As investigações sobre a História das Mulheres ou a condição feminina em uma determinada época, por exemplo, necessariamente remetem ao estudo do papel dos homens ou das representações da masculinidade. Um “lado” só pode ser compreendido se comparado com outro e, mais do que isso, num movimento de interação. E, se o feminino existe relacionado ao masculino, qualquer definição ou redefinição de um deve levar em conta o outro.

Assim como as idéias orientam a vida das pessoas, as experiências e as condições materiais de existência, por sua vez, influem na constituição do pensamento – as pessoas passam a agir de acordo com os significados construídos. As concepções de gênero tanto são produto das relações sociais quanto produzem e atuam na construção destas relações, determinando experiências, influenciando nas condutas e práticas e estruturando expectativas. Um “olhar de gênero” não só procura o que há de cultural nas percepções das diferenças sexuais como também a influência das idéias criadas a partir destas percepções na constituição das **relações sociais** em geral.

Como elemento constitutivo das relações sociais, gênero interage com outras variáveis como, por exemplo, classe social, etnicidade, grupo etário, *status* familiar. Ao observar tal interação, os historiadores podem compreender melhor as relações sociais em sua grande complexidade.⁵ Em cada caso estudado, investigam como tais variáveis afetam as vidas dos sujeitos históricos. Verificam, por exemplo, que, em muitas sociedades concretas, não só os homens têm mais poder que as mulheres em geral como também têm poder sobre as mulheres – e isso fica bem claro quando comparam a situação de homens e mulheres da mesma classe social. Entretanto, podem encontrar mulheres com poder sobre outras mulheres e sobre certos homens por conta de sua posição social ou “raça”, por exemplo.

Os estudos sobre a escravidão negra, preocupados com a questão de gênero, demonstram que as mulheres negras não eram vistas – ou melhor, socialmente constituídas – como mulheres do mesmo modo que as brancas. As escravas eram vistas, no pensamento dominante, como fêmeas (tratadas como animais, sem quaisquer direitos sobre os próprios filhos), e não como mulheres (seres humanos, esposas em potencial, herdeiras de um nome de família, com direitos sobre os filhos). As negras eram consideradas pessoas sem honra, com as quais os homens brancos podiam se relacionar sem se preocupar com quaisquer das normas de conduta que pautavam seu relacionamento com mulheres brancas. As mulheres brancas deveriam *obedecer* a seu pai e, depois do casamento, a seu marido. Já as “negras” escravas eram *propriedade* de alguém “branco”, incluindo senhoras, e transmitiam a condição escrava para seus filhos. Nesse caso, é bem nítido que as relações de gênero estão entrelaçadas com as relações raciais e a realidade econômica.

Aliás, o assunto Escravidão no Brasil ganharia muito se fosse abordado em sala de aula sob a perspectiva de gênero. Ao mostrar para os alunos, por exemplo, o funcionamento do sistema escravista, que tratava pessoas como mercadorias, o professor pode aprofundar o tema falando da divisão de tarefas entre escravos e escravas, da violência sexual contra as cativas, das enormes dificuldades (quando não total impossibilidade) em constituir famílias, da sexualidade diferenciada (entre outras coisas por conta do desequilíbrio numérico entre “machos” e “fêmeas”). Ao falar dos quilombos, pode mostrar, entre outras coisas, que, embora fosse um espaço de liberdade naquela sociedade escravista, não acabaram com a hierarquia dominante de gênero em que o masculino exerce maior poder.

Os historiadores apontam a grande variedade de definições de masculinidade e de feminilidade e **como elas se relacionam com o funcionamento das sociedades** não apenas na vida familiar, mas também nas instituições políticas e atividades econômicas em

situações concretas. Suas pesquisas demonstram que concepções de gênero afetam as relações entre as pessoas e grupos de pessoas não só quando se trata de relacionamentos entre mulheres e homens. Estão presentes, por exemplo, nas instituições militares, no trato entre pai e filho, entre mulheres e mulheres (como mãe e filha, senhora e escrava, professoras e alunas). Estão presentes também nas ocupações profissionais, nas políticas públicas, nas artes, nos discursos científicos e filosóficos, nas idéias de cidadania.

Lembremos, como exemplo, as concepções sobre natureza e ciência presentes no pensamento iluminista do século XVIII: os iluministas celebravam a capacidade da mente humana em desvendar os segredos da natureza. Essa capacidade para realizar proezas científicas era entendida como uma qualidade masculina; a natureza, por sua vez, era vista como feminina, “uma mulher fértil”, ou uma força a ser domesticada pelos homens. Muitos adeptos do iluminismo, como o famoso Rousseau, duvidavam das capacidades intelectuais das mulheres. Para eles, as mulheres, por sua “natureza distinta”, não conseguiam raciocinar do mesmo modo que os homens – elas seriam excessivamente movidas pelas paixões, uma tendência perigosa ao bom funcionamento da sociedade. Alguns desses filósofos chegavam a defender a ampliação de direitos políticos para os homens comuns, os escravos, os judeus, os índios, mas não para as mulheres, posto que estas deveriam manter-se sempre sob a tutela masculina. Por conta disso, a maior parte dos homens das Luzes defendeu o ideal de mulher silenciosa, casta, modesta e subserviente e condenou as independentes e poderosas.⁶

Determinadas concepções de gênero estão presentes nos modos de fazer e pensar ciência em maior ou menor grau em todas as áreas, por exemplo: quando os livros de História do início do século XX ignoram a relevância da participação das mulheres na dita História Geral ou falam do “homem universal” como se se tratasse apenas do branco, do sexo masculino e ocidental; quando os médicos do século XVI atribuem à fisiologia

feminina certos desregramentos e pecados ou quando seus colegas dos anos 1960 afirmam que as mulheres não virgens são mais nervosas; quando certos sociobiólogos, ainda hoje, defendem como verdades científicas idéias como a da “tendência masculina para a infidelidade” em oposição à “tendência feminina para a monogamia”.

Os pesquisadores podem reconhecer as marcas das referências feitas à diferença sexual na leitura de diversos fenômenos sociais, não só nos que dizem respeito à família, ao doméstico ou à vida privada, mas também aos relativos ao desenvolvimento urbano e tecnológico, ao comércio e às trocas, às religiões, às migrações, à situação de minorias étnicas, à distribuição de riqueza e poder, às relações de trabalho e aos movimentos históricos (como colonização, revoluções, revoltas sociais etc.).

No nazismo, o ideal de superioridade racial de determinados seres humanos sobre outros era simbolizado pelo “homem viril”, “ariano” e nórdico. O Estado totalitário nazista, associado a diversos símbolos de *masculinidade*, procurava controlar a *sexualidade das mulheres*. Ele adotava uma política natalista para as alemãs (para obter mais e mais soldados) e uma outra, de extermínio, para as mulheres que considerava de “raça inferior”. Estas eram submetidas a atrocidades como a *esterilização* compulsória e o assassinato em massa.⁷ O domínio nazista nos apresenta um exemplo bastante nítido da utilização de concepções de gênero para legitimar relações de poder.

Os Estudos de Gênero são, em grande medida, herdeiros da História das Mulheres e sua preocupação em dar visibilidade às mulheres na História. Depois do grande avanço historiográfico que foi o reconhecimento do lugar das mulheres na História, os historiadores passaram rapidamente a focalizar as relações entre os sexos até que muitos resolveram adotar a perspectiva de gênero reconhecendo suas evidentes vantagens para a compreensão do social. Nesse processo, ganharam destaque também as pesquisas preocupadas com as

experiências masculinas, estudadas em sua especificidade. A História do “homem enquanto homem” se tornou muito mais visível em pesquisas que estudam ambientes masculinos (por exemplo, a vida nos exércitos ou o cotidiano nos navios piratas), a condição masculina (paternidade, sexualidade) ou as experiências diferenciadas por gênero em determinadas classes sociais, grupos étnicos ou etários. Mesmo um assunto que para muitas pessoas parece dizer respeito exclusivamente aos homens, como a História das Guerras, na perspectiva de gênero, abarca muito mais possibilidades e enfoques.

Um olhar sobre a Primeira Guerra Mundial, por exemplo, pode tratar da história da virilidade, da linguagem da guerra e seus símbolos cheios de “referências sexuais”, dos movimentos pacifistas (integrados especialmente por mulheres durante e logo depois do conflito) e a condução da guerra (uma forma de confronto direto entre grupos de homens), das suas conseqüências entre as populações civis (desmantelamento de famílias, desequilíbrio demográfico no que diz respeito à razão de sexo, aumento da prostituição e do número de órfãos).⁸

Em inúmeras guerras ao longo da história, soldados adotam a prática de violentar as mulheres dos inimigos. Esse gesto, além de servir aos prazeres sexuais masculinos, tem a função de enfatizar a “virilidade” e a potência dos combatentes, humilhar e aterrorizar os opositores. No recente conflito entre bósnios, sérvios e croatas (1992-1995), o estupro foi sistematicamente usado como instrumento de guerra (inúmeras mulheres bósnias foram violentadas por soldados sérvios). As conseqüências mais sensíveis foram a degradação física e moral das vítimas, traumas diversos, difusão de doenças venéreas e nascimentos indesejados. Nesse caso específico, em contraste com outras épocas, a prática foi rapidamente denunciada e criticada por organismos internacionais – uma coalizão de feministas e ativistas dos direitos humanos obteve a condenação internacional de toda e qualquer violência baseada em gênero (*gender-based violence*) e a designação de “crime de guerra” para práticas de estupro em conflitos armados.⁹

Para dar uma idéia do alcance de vôo da perspectiva de gênero, basta mencionar a existência de pesquisas históricas que não tratam direta e imediatamente de homens e mulheres concretos, e sim de concepções masculinas e femininas presentes no desenrolar histórico. Alguns historiadores desenvolvem estudos interessantíssimos sobre a influência de idéias de gênero em determinadas concepções de civilização ou em formulações nacionalistas, por exemplo.

A França dos anos 1920 viveu uma crise cultural em conseqüência da Grande Guerra. Além dos abalos sofridos nas formas de expressão artística, intelectual e religiosa, os antigos limites que distinguiam homem e mulher ficaram estremecidos. Os homens haviam deixado suas casas para combater, perdendo o controle sobre suas famílias. As mulheres passaram a exercer papéis antes considerados masculinos, inclusive nos postos de trabalho, desafiando idéias dominantes de gênero. Os contemporâneos, então, usaram idéias de gênero como metáfora central da crise em que o país estava mergulhado. A “fragilidade da civilização” foi identificada com o abalo da “distinção natural” (tradicional) entre os sexos. A *la garçonne* ou “mulher moderna” (ativa, independente, de cabelos curtos e roupas mais largas) e o veterano de guerra (frágil, perturbado, não adaptado e com problemas sexuais) foram as imagens da confusão de gênero e também do alegado comprometimento da civilização. As campanhas e o empenho nacional em “recuperar a masculinidade” (anterior à devastação da guerra) e a “feminilidade” burguesa (dos ideais de submissão feminina e maternidade estabelecidos no século XIX) visaram reverter esse quadro no país.¹⁰

Em alguns movimentos anticolonialistas e/ou nacionalistas, a identidade nacional se fortalece na supervalorização da “tradição” contra os “costumes estrangeiros”, o que acaba tendo implicações de gênero como a ênfase nas antigas formas de relação familiar, na submissão das esposas, no retorno ao modo tradicional de se vestir (com a imposição do véu para as mulheres, por exemplo), na volta de velhos costumes sexistas. No caso

do Irã atual, por exemplo, a demarcação e o reforço de uma certa identidade nacional e religiosa tem se valido da recuperação de valores arcaicos baseados em preceitos fundamentalistas que pregam a submissão feminina em oposição aos chamados “valores ocidentais”.¹¹

No Japão Meiji, quando o governo procurou contrabalançar a tendência à modernização com o reforço de valores orientais, o comportamento das famílias da aristocracia e dos samurais tornou-se o modelo para toda a sociedade, como símbolos que refletiriam plenamente a “alma japonesa”. Assim, as japonesas abraçariam os valores de mulheres que há muitos séculos viviam longe do trabalho com a terra ou o comércio, dedicando-se às artes e mantendo a pele clara longe dos efeitos do sol. (A mulher do povo jamais conseguiria se igualar a elas, mas o ideal agora estava em seu horizonte.) Dessa época até o fim da Segunda Guerra, em 1945, as mulheres foram incentivadas a gerar filhos em nome do progresso da nação que se formava e como contribuição às forças armadas. A média de filhos por família, nesse período, chegava a cinco.¹²

Parece estar bem claro, mas não custa enfatizar: na perspectiva de gênero, o objeto da investigação não precisa ser necessariamente a categoria empírica “mulher” (ou “homem”). Na constituição das relações e significados de gênero, vários elementos estão envolvidos: os símbolos, as normas sociais, a organização política, econômica e social e a subjetividade.

Os **símbolos**, os **mitos** e os **modelos** apóiam-se em representações de gênero de acordo com cada contexto em que são invocados. Idéias como “mãe natureza”, “deus-pai”, “pai da pátria”, “mulher fatal”, “anjo (ou rainha) do lar”, entre outras, são exemplos das referências mais comuns. Como variam em certos aspectos ao longo da história, sua contextualização é muito importante. Em alguns casos, as evocações de gênero podem ser múltiplas e, por vezes, até contraditórias, como nas oposições: “puta” e “santa mãezinha”,¹³ Eva e Maria,¹⁴ virtude e desonra, força e fragilidade.

No mundo mediterrâneo do século XIX, a contrapartida da honra masculina era a virtude feminina simbolizada pela virgindade antes do casamento, pela pureza e ignorância sexual e pela fidelidade ao marido. A honra de um homem (a quem eram permitidas liberdades sexuais com o sexo oposto) dependia, entre outras coisas, do controle que ele era capaz de exercer sobre a sexualidade da esposa e das filhas, e podia ser “defendida com sangue” caso fosse desafiada. Essa noção de honra não dizia respeito somente à história de vida pessoal ou familiar, era também uma referência na organização das relações sociais ao comprometer a transmissão de poder e riquezas materiais (heranças e alianças econômicas e políticas baseadas no parentesco, por exemplo) e depender da manutenção de uma rígida hierarquia de gênero.

Na França do Antigo Regime, a autoridade do rei sobre seus súditos é assemelhada à autoridade do pai sobre seus filhos, ambas consideradas como naturais e inquestionáveis, sendo que o rei, o “pai”, só deve prestar contas a Deus, pois o poder que exerce aparece como incontestável e seus interesses, como a síntese dos interesses da “família”, o povo francês, da qual é o chefe.

O modelo republicano de mulher que surge nos Estados Unidos depois da Revolução Americana é o da “mãe” que, embora não se imiscua nos assuntos públicos (em 1808, o direito de voto é reservado ao sexo masculino) e dedique-se de corpo e alma à família, é chamada a formar os novos cidadãos americanos, os “filhos da nação”, que “prezam a liberdade”. As atividades domésticas das mulheres adquirem, a partir de então, um caráter cívico e seu papel social passa a ter uma nova dimensão: a de “velar pela construção do país em termos de virtude e moral”.¹⁵

Normas sociais que se relacionam com as representações de gênero estão presentes, por exemplo, em doutrinas religiosas, concepções educacionais, projetos políticos, condutas jurídicas, dinâmicas familiares, escolhas de parceiro, noções de progresso.

Nas normas do modelo tradicional de família consolidado na Europa no século XIX, o papel de provedor é atribuído ao homem enquanto a mulher deve se dedicar exclusivamente aos afazeres domésticos e ao cuidado dos filhos e do marido. O homem é o “chefe da casa” e a mulher é submissa às suas vontades. A masculinidade é associada à força, ao trabalho produtivo, à coragem; já a feminilidade, ao instinto maternal, à fragilidade, à dependência. As religiões que se pautam por essas normas prescrevem-nas a seus fiéis como se fossem leis sagradas. Os projetos de políticas públicas, com base nessas idéias, podem desestimular a participação feminina no mercado de trabalho, o qual, por sua vez, encontra boas justificativas para pagar às mulheres salários mais baixos que aos homens. Os procedimentos jurídicos podem privilegiar o pátrio poder ou condenar fortemente as adúlteras. A educação de meninos e meninas se dá de maneira diferenciada conforme o que se espera deles no futuro. Os cientistas procuram provas da inferioridade intelectual e da passividade femininas, ou interpretam as relações entre os animais que estudam pelas mesmas normas que “regem” os humanos. Os moralistas classificam os comportamentos femininos e masculinos adequados e condenáveis. E as próprias escolhas de parceiros conjugais acabam considerando as normas sob o risco das sanções sociais.

As normas dominantes, em cada sociedade e cada época, são definidas a partir da repressão de outras possibilidades. Nas aparências, essas normas surgem como as únicas ou as corretas, embora tenham se constituído não somente a partir de consensos, mas também de lutas e conflitos e possam ser contestadas em um momento ou outro.

As práticas **políticas, econômicas e sociais** também fazem parte da construção de gênero que inclui a discriminação sexual no trabalho, no sistema político, na organização familiar e nas formas de lazer.

Nos grupos humanos precedentes à Revolução Agrícola havia uma divisão sexual de tarefas: aos homens cabia a caça e a preparação de todo equipamento

para essa atividade, enquanto as mulheres colhiam e cuidavam das crianças pequenas. Embora as atividades econômicas fossem complementares e a coleta fosse de fato a que propiciasse na maioria das vezes mais alimentos ao grupo, a caça, por sua raridade, era simbolicamente mais valorizada. A força física, relevante para as constantes atividades guerreiras, também tinha grande poder de dissuasão, colaborando para a preponderância masculina. Quando grupos humanos mudam sua atividade econômica prioritária da caça e coleta para a agricultura, a desigualdade entre homens e mulheres aumenta. Com o advento da agricultura, os homens ficaram responsáveis por derrubar os bosques e preparar a terra para a plantação, deixando a rotina da lavoura mais nas mãos das mulheres. Os nascimentos (antes limitados pelas dificuldades dos constantes deslocamentos) aumentaram em número com o sedentarismo, a maior oferta de alimentos e um melhor aproveitamento do trabalho infantil. Com isso, as mulheres ficaram ainda mais atreladas aos afazeres domésticos. Na economia, o trabalho feminino passou a ser visto como complementar e não mais tão importante como no tempo da caça e coleta. Os homens ganharam maior autoridade e poder sobre a propriedade e a família. Essas mudanças colaboraram para distanciar homens e mulheres, não só em termos de papéis e funções, mas em termos de importância social. Assim, o que traduz a desigualdade não é a divisão do trabalho em si, mas o valor que as sociedades atribuem às atividades desempenhadas.¹⁶

Com a Revolução Industrial e por todo o século XIX, as mulheres trabalhadoras ganhavam de metade a dois terços do que ganhavam os homens. Além de trabalharem por salários mais baixos, atuavam nos setores menos prestigiados da economia e/ou mais vulneráveis à flutuação, geralmente em tarefas “não qualificadas” e em posições subordinadas. Os baixos salários para solteiras eram justificados pela idéia de “só precisarem sustentar a si mesmas” e para as casadas, “por terem marido para sustentá-las” – na verdade, refletiam a tradicional

desvalorização do trabalho feminino que prevalecia na cultura. Sendo assim, independentemente de ser solteira, casada, ou principal provedora da família, a mulher recebia um salário considerado suplementar. O fato de certos empregadores contratarem prioritariamente mulheres para determinados serviços significava que queriam diminuir seus custos com mão-de-obra. O trabalho para o qual eram contratadas passava, com o tempo, a ser visto como “de mulher”, “adequado ao feminino” e encarado como sendo de baixa produtividade.¹⁷

As **subjetividades** também são influenciadas pelas relações de gênero que, entre outras relações sociais, definem os modos e os limites pelos quais uma pessoa é educada, tem experiências familiares, afetivas e de trabalho, vê o mundo e a si mesma e é vista pela sociedade, em época e contexto determinados. Porém, se a interpretação subjetiva ocorre numa estrutura fornecida pela cultura, as pessoas podem refletir sobre suas experiências, reformular suas memórias e agir sobre sua situação determinada, podendo até contribuir para uma reestruturação das concepções de gênero.

A educação formal para as mulheres não era valorizada no século XIX, pois a ideologia dominante lhes outorgava instrução apenas para que cumprissem os papéis femininos tradicionais. Insatisfeitas, algumas mulheres empenharam-se na difícil luta pela ampliação da educação feminina e o preparo profissional das mulheres. O combate foi feito principalmente por mulheres das classes média e alta que, a partir da segunda metade do século XIX, encorparam campanhas e manifestos para obter para si e suas descendentes o direito que seus irmãos, companheiros e filhos homens tinham de freqüentar escolas e universidades. A primeira batalha foi a defesa da “educação igual” (pois a educação diferenciada por sexo não fornecia às jovens os pré-requisitos para o ingresso em cursos mais avançados). Outros obstáculos enfrentados foram as oposições no interior das famílias e as resistências das próprias ins-

tuições de ensino, dos estudantes homens, dos professores e dos legisladores. Ao serem finalmente admitidas na faculdade, tinham que lutar pelo direito de cursar todas as matérias e completar os estudos; se os completavam, tinham que lutar pelo direito ao diploma e, se o obtivessem, deviam enfrentar os obstáculos que se lhes apresentavam relativos ao exercício da profissão escolhida.¹⁸ O que teria ocorrido se todas tivessem desistido?

As concepções de gênero são tanto produto das **relações de poder** quanto parte da construção dessas próprias relações, pois, em muitos casos, são usadas como referencial para a distribuição de poder nas sociedades. Discriminações de gênero, as mais variadas, podem servir para justificar distribuições diferenciais de riquezas (salários desiguais, regras distintas de sucessão e herança), relações de dominação/subordinação (na família, no trabalho, nas instituições religiosas), usufruto desigual de espaços sociais ou no acesso a certos conhecimentos.

Os argumentos de que o exercício do direito de voto por parte das mulheres traria conflitos para os lares, desviando-as de suas funções “naturais”, ou de que a “natureza feminina” as torna incapazes de escolher racionalmente, por exemplo, foram constantemente utilizados como forma de impedir a participação feminina na política. Mesmo nos dias de hoje, nos países onde as mulheres têm reconhecido o direito ao sufrágio, as instituições políticas, as formas de ascensão aos quadros diretivos e os preconceitos de gênero arraigados têm impedido muitas mulheres de ocuparem postos de direção governamental na mesma proporção de sua presença como eleitoras.¹⁹

Na época da Revolução Francesa, a política da monarquia era associada a características femininas pelo discurso dos opositores do regime. Esta associação era feita de maneira pejorativa: a política praticada na corte, cheia de intrigas, corrupção e imoralidade era chamada de “política de alcova” e passou a ser taxada de “modo feminino de fazer política”. Em contrapartida, o ideal da

República (a política transparente, do espaço público) era associado, positivamente, ao masculino. O caráter do espaço público burguês seria “masculino”, superior a outras concepções de política. Essa interpretação fornece pistas para a compreensão das justificativas ideológicas que serviram à exclusão das mulheres da participação na política oficial no momento histórico em que a Revolução burguesa se consolidava. Também ajuda a entender como o “masculino” passou a ser associado à “virtude republicana” e por que a crítica da autoridade arbitrária não chegou com força ao interior da família burguesa.²⁰

Entretanto, não existe apenas uma forma de poder. A história está repleta de exemplos de pessoas que, apesar de não exercerem o poder oficialmente ou de forma evidente, exercem poderes nos bastidores (como, por exemplo, as donas-de-casa no século XIX que controlavam a economia doméstica). Algumas vezes, esses poderes são socialmente reconhecidos, em outras não. Também podem ser vistos como ameaças à estrutura hegemônica ou como poderes complementares ou compensatórios.

No Japão, como em outras sociedades pré-modernas, era dentro do ambiente doméstico que as mulheres detinham algum poder. Apesar de estar sempre servindo o jantar, de ser a última a poder comer ou tomar o banho de imersão (*ofuro*), a esposa e mãe tinha lugar de destaque na dinâmica da família como símbolo do calor e do conforto. A administração do lar no meio rural significava que era dela o controle da quantidade de arroz disponível para ser consumido naquele ano. A máxima popular da “boa esposa e mãe sábia” norteava de forma integral a vida das mulheres dentro dos domínios da casa. A autoridade familiar, por outro lado, era do marido, o responsável pela “vida fora de casa”.²¹

Concepções de gênero podem definir e legitimar relações de poder, mas seria ingênuo imaginar que sejam as únicas no interior

das sociedades. Afinal, as sociedades são estruturadas e se desenvolvem a partir de continuidades e de rupturas. Falemos, pois, de como as mudanças podem ocorrer.

As mudanças na história

Pesquisas têm mostrado que movimentos sociais, rebeldias individuais, transformações econômicas, crises demográficas, entre outras coisas, podem servir para repensar os termos de gênero ou para reforçar conceitos tradicionais sob novas aparências. São os processos históricos que determinam os resultados. E, nesses processos, as pessoas podem desempenhar um papel importante: quando indivíduos insistem em adotar padrões diferenciados ou assumir atitudes que desafiam normas do comportamento apropriado, ameaçam e podem chegar a subverter as relações de gênero estabelecidas, participando, assim, da reformulação dessas relações. Masculino e feminino podem receber definições alternativas e incorporar possibilidades antes negadas ou reprimidas.

A idéia de “trabalhador” foi modificada com a entrada das mulheres em setores do mercado de trabalho antes reservados aos homens. O próprio termo “mulheres trabalhadoras” se alterou no decorrer da industrialização que possibilitou novas percepções do que significava ser mulher. A idéia de que a mulher é frágil, destinada apenas à procriação e às tarefas domésticas pôde ser contestada com a participação feminina crescente nas oportunidades abertas pelo desenvolvimento industrial.

A realidade social define os parâmetros de escolhas possíveis dos sujeitos históricos que, dentro das determinações de seu tempo (as “condições objetivas”), também participam dos processos de construção, manutenção e contestação dos significados e das relações de gênero (e, conseqüentemente, da distribuição de poderes marcadas por concepções de gênero) em uma certa ordem social.

Essa ordem fica ameaçada, entre outras coisas, quando é questionada pela ação de sujeitos que, conscientemente ou não, coletiva ou individualmente, desafiam, burlam ou tentam transformar seus limites. Assim, as transformações históricas nas relações pautadas por gênero estão ligadas tanto a mudanças no contexto socioeconômico, nas sensibilidades e nas interpretações culturais quanto nas resistências e reivindicações concretas de sujeitos históricos.²²

Agora, um último argumento para tentar conquistar definitivamente os professores de História para a perspectiva de gênero: a preocupação com gênero está ajudando a reescrever a História. Além de “acrescentar as mulheres aos livros de história”, a própria História passou a ser repensada em termos de temas, de narrativas e de abordagens. Fatos frequentemente ignorados na narrativa histórica, como a contracepção ou a evolução das roupas (que se mostraram cruciais na melhoria da qualidade de vida das mulheres), passam a receber atenção. Vários trabalhos oferecem novas narrativas e apresentam novas causas e conseqüências para o desenrolar do processo histórico. Historiadores já repensam as caracterizações e idéias de avanços e retrocessos históricos em temas e periodizações tais como: Renascimento, Revolução Francesa, Classe Trabalhadora, A Conquista da América. Na própria História da cidadania, constata-se a força das diferenças de gênero.

Em determinados momentos de ampliação de direitos e progressos democráticos, as mulheres não foram favorecidas do mesmo modo que os homens. A Revolução Francesa – um marco inegável na história da cidadania – afetou de maneira paradoxal a história das mulheres. Foi, de fato, um evento crucial na trajetória das lutas por direitos das quais se beneficiam todas as pessoas (ao deixar claro a possibilidade de romper com tradições arraigadas e a hierarquia de poderes estabelecida, mostrando que seres humanos sem poder ou privilégios podem lutar para mudar o mundo). Entretanto, para as mulheres, teve alguns efeitos específicos. Nos momentos iniciais, elas estiveram na linha

de frente das manifestações populares, os direitos das mulheres foram reivindicados como parte dos direitos humanos universais, donas-de-casa saíram às ruas exigindo que o Estado protegesse os menos favorecidos. Com o desenrolar dos acontecimentos, as ativistas pelos direitos iguais foram derrotadas e as conquistas específicas femininas (participação política, porte de armas, frequência a estabelecimentos de ensino) acabaram desprezadas, abrindo caminho para que o ideal de domesticidade e a exclusão política das mulheres vigorassem fortalecidos no século XIX. A partir de então, as mulheres não colhem na mesma medida que os homens do povo os avanços na legislação, sendo que algumas vezes esses próprios avanços significam para elas discriminações ainda mais evidentes.²³

Com o volume de informações levantado por pesquisas parciais, alguns historiadores já se aventuram na comparação de sociedades e civilizações, observando mudanças mais gerais e significativas nos processos de longa duração a partir do foco nas relações de gênero. Nessa linha, depois de identificar tendências e padrões de grande envergadura, aventuram-se em análises do que afinal é capaz de mover a história e em quais sentidos.

Propostas de trabalho em sala de aula

Em cada assunto da matéria, o professor pode destacar as questões de gênero que considerar mais interessantes, tomando como base os exemplos que apresentei no texto de acordo com o que for apropriado a cada classe e turma.

Sou favorável a que, entre as atividades escolares, os alunos leiam textos escritos por historiadores. Por que não? A desculpa do grau de dificuldade não pode mais ser dada, pois existem no mercado editorial livros que procuram falar a um público mais amplo de leitores sem perder a seriedade. Que tal apresentá-los aos alu-

nos em trechos, capítulos ou na íntegra? (ver sugestões adiante). Há também os paradidáticos – como *A mulher na Idade Média*,²⁴ *A escravidão no Brasil*,²⁵ *Grécia e Roma*²⁶ – escritos especialmente para os estudantes e que, entre outras, abordam questões de gênero. O contato com romances históricos, biografias ou peças de teatro (que tratam de sagas familiares, honra, casamento, escravidão, preconceito, piratas) também pode ser fascinante. Sugiro:

- **peças de teatro:** *O casamento do pequeno-burguês* (de Bertolt Brecht, 1919); *Casa de bonecas* (de Henrik Ibsen, 1897).
- **ópera:** *La traviata* (de Giuseppe Verdi com libreto de Francesco Maria Piave, 1853, baseado no romance *A dama das camélias*, de Alexandre Dumas Filho), existe em DVD.
- **romances:** *Os Buddenbrooks* (de Thomas Mann, 1896); *Madame Bovary* (de Gustave Flaubert, 1857); *Razão e sensibilidade* (de Jane Austen, 1811); *A moreninha* (de Joaquim Manuel de Macedo, 1844); *O cortiço* (de Aluísio de Azevedo, 1890), *Ciranda de pedra* (de Lygia Fagundes Telles, 1953), *Moça com brinco de pérola* (de Tracy Chevalier, 1999).
- **biografias** ou relatos sobre a vida em países mulçumanos.
- **contos:** *Mateo Falcone* (de Mérimée, 1829), sobre a questão da honra masculina na Córsega do século XIX.
- **filmes:**
A guerra dos botões (La guerre des boutons, dir. Yves Robert, França, 1962)
 Trata da convivência de meninos num vilarejo francês que têm suas próprias regras e questões de honra.
Uma equipe muito especial (A league of their own, dir. Penny Marshall, Estados Unidos, 1992)
 Sobre a liga feminina de beisebol criada nos Estados Unidos durante a Segunda Guerra, quando mulheres ocuparam “espaços masculinos”.

Razão e sensibilidade (Sense and sensibility, dir. Ang Lee, Inglaterra, 1995)

A história de duas irmãs inglesas diante das regras sociais do século XIX.

Lanternas vermelhas (Da hong deng long gao gao gua, dir. Yimou Zhang, China/Hong Kong/Taiwan, 1991)

Em 1920, uma jovem chinesa é obrigada a se casar com um homem poderoso que já possui outras três esposas com as quais ela passa a disputar poder.

Adeus minha concubina (Ba Wang Bie Ji, dir. Kaige Chen, China/Hong Kong, 1993)

A trajetória de dois atores da Ópera de Pequim a partir de 1925, sendo que um deles atua em papéis femininos.

A bela do palco (Stage beauty, dir. Richard Eyre, Inglaterra/Alemanha/Estados Unidos, 2004)

Em 1660, os papéis femininos no teatro eram sempre representados por homens, até que o rei Charles II ordena que as mulheres também integrem as companhias teatrais.

Sugestões bibliográficas

É difícil encontrar bibliografia específica que fale literalmente de gênero em História, em língua portuguesa e em linguagem acessível. Entretanto, não creio que isso seja impedimento, pois os professores de fato interessados e bem instrumentalizados no “olhar de gênero” podem encontrar material para suas aulas em bons livros de História das Mulheres (estes, sim, fáceis de localizar no Brasil), História da vida privada ou em sínteses abrangentes como *A era dos extremos*, de Eric Hobsbawm,²⁷ ou *História da cidadania*,²⁸ em que uma leitura atenta consegue pinçar as questões de gênero. Algumas outras sugestões:

- Peter N. Stears, *História das relações de gênero*, São Paulo, Contexto, 2007.
 Valendo-se de uma grande variedade de exemplos, da pré-história ao século XXI, e abarcando diferentes sociedades, da China às Américas, da

África ao norte da Europa, passando por Oriente Médio, Rússia, Japão e Austrália, Peter N. Stears, num livro brilhante, retrata os encontros culturais mais significativos da história mundial e seus efeitos sobre as relações de gênero.

- Georges Duby e Michelle Perrot (orgs.), *História das mulheres*, Porto/São Paulo, Edições Afrontamento/Ebradil, (1994, v. 1; 1995, v. 5).

São cinco volumes, da Antiguidade ao século xx, que privilegiam as mulheres como tema histórico – sua condição, lugar, papéis e poderes, ação e repressão, palavras e representações –, numa perspectiva relacionada com o todo social.

- Mary Del Priore (org.), Carla Bassanezi (coord.), *História das mulheres no Brasil*, 9. ed. 1.reimp., São Paulo, Contexto, 2008.

Em linguagem acessível, mostra como nasciam, viviam e morriam as brasileiras no passado e o mundo material e simbólico que as cercava, do Brasil colonial aos nossos dias. Percebe a história das mulheres como algo que envolve também a história das famílias, do trabalho, da mídia, da literatura, da sexualidade, da violência, dos sentimentos e das representações. Abarca os mais diferentes espaços (campo e cidade, norte e sul do país) e extratos sociais (escravas, operárias, sinhozinhas, burguesas, donas-de-casa, professoras, bóias-frias).

- Michelle Perrot, *Minha história das mulheres*, São Paulo, Contexto, 2007.

Esse livro nasceu de um programa de rádio disposto a divulgar, para um público de não especialistas, o conteúdo de mais de 30 anos de pesquisas e reflexões acadêmicas de uma das pioneiras mais respeitadas da área. Está dividido em cinco capítulos temáticos (“Escrever a História das mulheres”, “O corpo”, “A alma”, “O trabalho das mulheres”, “Mulheres na cidade”) e estabelece um explícito diálogo entre passado e presente.

- Göran Therborn, *Sexo e poder: a família no mundo (1900-2000)*, São Paulo, Contexto, 2006.

Compara mudanças ocorridas no século xx nos principais sistemas familiares mundiais a partir de fontes históricas, jurídico-políticas, demográficas e antropológicas. A linguagem é acadêmica, mas o conteúdo vale o esforço.

Notas

- ¹ Nos Estudos de Gênero existem diversas linhas teóricas (em alguns aspectos até incompatíveis). Para este texto, escolhi as propostas que, a meu ver, são as mais interessantes para a História. Ao fazer essa escolha, tomei como base ou inspiração textos de Gisela Bock (Storia, storia delle donne, storia di genere, Florença, Estro Strumenti, 1988; “Women’s history and gender history: aspects of an international debate”, em Gender & History, v. 1, n. 1, Oxford e New York, Basil Blackwell, 1989); de Sueann Caufield (“Getting into trouble: dishonest women, modern girls and women-men in the conceptual language of *Vida Policial* (1925-1927)”, em Signs 19, 1, University of Chicago Press, 1993); de Joan Scott (“Gender: a useful category of historical analysis”, em The American Historical Review 91, 5, University of Chicago Press, dez. 1986; e Gender and the Politics of History, New York, Columbia University Press, 1988); de Louise Tilly (“Gênero, História das Mulheres, História Social”, em Cadernos Pagu 3, Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, Unicamp, 1993); de Eleni Varikas (“Gênero, experiência e subjetividade: a propósito do desacordo Tilly-Scott”, em Cadernos Pagu 3, Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, Unicamp, 1993; e “Féminisme, modernité, postmodernisme: pour un dialogue des deux côtés de l’océan”, em Eleni Varikas, Féminismes au présent, Futur antérieur, Supplément, Paris, L’Harmattan, 1993, pp. 53-84); e de Carla Bassanezi (Estudos de Gênero e Teoria Social, Campinas, 1993, inédito).
- ² Situação inspirada num exemplo do livro de Marta Suplicy, *Sexo para adolescentes*, São Paulo, FTD, 1988.
- ³ Walters Jonathan, “‘No more than a boy’: the shifting construction of masculinity from Ancient Greece to the Middle Ages”, em Gender & History, v. 5, n. 1, Oxford, Blackwell Publishers, 1993.
- ⁴ Carla Bassanezi Pinsky, “Mulheres dos Anos Dourados”, em Mary Del Priore (org.), *História das mulheres no Brasil*, 9. ed. 1. reimp., São Paulo, Contexto, 2008.
- ⁵ Suas análises sobre as relações entre patroas e empregadas, senhoras e escravos, mães e filhos, em momentos históricos específicos e bem delineados, fogem de explicações simplistas e prontas (que antes, em certas linhas historiográficas e/ou feministas, pareciam servir para tudo) do tipo “dominação masculina/submissão feminina”, ou “variações da luta de classes” ou “fruto da oposição entre trabalho produtivo e reprodutivo”.
- ⁶ Sheila Robotham, *Women in Movement: Feminism and Social Action*, New York/London, Routledge, 1992.
- ⁷ Gisela Bock, “A política sexual nacional-socialista e a história das mulheres”, em Georges Duby e Michelle Perrot (orgs.), *História das mulheres: o século xx*, Porto/São Paulo, Edições Afrontamento/Ebradil, 1995.
- ⁸ Gisela Bock, 1988, op. cit.
- ⁹ Bonnie S. Anderson e Judith P. Zinsser, *A History of their own: Women in Europe from Prehistory to the Present*, v. 2, ed. revista, New York, Oxford University Press, 2000.
- ¹⁰ Mary Louise Roberts, “‘This civilization no longer has sexes’: *la garçonne* and cultural crisis in France after the World War I”, em Gender and History, v. 4, n. 1, 1992.
- ¹¹ Catherine Hall, “Gender, nationalisms and national identities: Bellagio Symposium Report”, em Feminist Review, n. 44, 1993.
- ¹² Célia Sakurai, *Os japoneses*, 1. ed. 1. reimp., São Paulo, Contexto, 2008.

- ¹³ Qualificativos que diferenciavam, por exemplo, as mulheres no Brasil colonial. Cf. Mary Del Priore, *Mulheres no Brasil colonial*, 2. ed., São Paulo, Contexto, 2003.
- ¹⁴ Como, por exemplo, na mentalidade medieval. Cf. José Rivair Macedo, *A mulher na Idade Média*, 5. ed., São Paulo, Contexto, 2002.
- ¹⁵ Carla Bassanezi Pinsky e Joana Pedro, “Mulheres: igualdade e especificidade”, em Jaime Pinsky e Carla Bassanezi Pinsky (orgs.), *História da cidadania*, 4. ed. 1. reimp., São Paulo, Contexto, 2008.
- ¹⁶ Jaime Pinsky, *As primeiras civilizações*, 23. ed., São Paulo, Contexto, 2006; Peter N. Stearns, *História das relações de gênero*, São Paulo, Contexto, 2007.
- ¹⁷ Carla Bassanezi Pinsky e Joana Pedro, “Mulheres: igualdade e especificidade”, em Jaime Pinsky e Carla Bassanezi Pinsky (orgs.), *História da cidadania*, 4. ed. 1. reimp., São Paulo, Contexto, 2008.
- ¹⁸ Carla Bassanezi Pinsky e Joana Pedro, 2008, op. cit.
- ¹⁹ Carla Bassanezi Pinsky e Joana Pedro, 2008, op. cit.
- ²⁰ Joan Landes, *Women and the Public Sphere in the Age of the French Revolution*, Ithaca / London, Cornell University Press, 1988.
- ²¹ Célia Sakurai, 2008, op. cit.
- ²² Carla Bassanezi, *Virando as páginas, revendo as mulheres: revistas femininas e relações homem-mulher (1945-1964)*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1996.
- ²³ Carla Bassanezi Pinsky e Joana Pedro, 2008, op. cit.
- ²⁴ José Rivair de Macedo, *A mulher na Idade Média*, 5. ed., São Paulo, Contexto, 2002.
- ²⁵ Jaime Pinsky, *A escravidão no Brasil*, 20. ed., São Paulo, Contexto, 2006.
- ²⁶ Pedro Paulo Funari, *Grécia e Roma*, 4. ed. 1. reimp., São Paulo, Contexto, 2007.
- ²⁷ Eric Hobsbawm, *A era dos extremos*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- ²⁸ Jaime Pinsky e Carla Bassanezi Pinsky (orgs.), 2008, op. cit.

DIREITOS HUMANOS

MARCO MONDAINI

Por que direitos humanos?

São muitas as maneiras de se realizar uma narrativa histórica sobre as sociedades humanas. Seu grande número é diretamente proporcional à extraordinária capacidade do ser humano de transformar a natureza que o cerca, a sociedade em que vive e a si mesmo enquanto indivíduo dotado de racionalidade.

Uma expressiva quantidade de filósofos, cientistas sociais e historiadores, entre outros, já enfrentou o desafio da construção de uma História da humanidade optando pelos mais diversos “fios condutores”: da história da riqueza material até a história da linguagem, passando pela história das estruturas de poder, o que atraía (e continua atraindo) intelectuais das mais variadas correntes teórico-metodológicas era a possibilidade de explicar e/ou compreender a aventura do ser humano na Terra.

Desse conjunto de pensadores engajados na busca de uma “chave de interpretação” da história da espécie humana, talvez tenha sido o filósofo alemão Karl Marx aquele que mais tenha se aproximado da realização do ideal de fazer com que a sua proposta fosse universalmente aceita. Isso porque, em não poucos momentos dos séculos XIX e XX, pensou-se realmente que “a história de todas as